

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA P. O. Box 3243 Telephone : 517 700 Fax : 517844

website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Quarta Sessão Ordinária

26 – 30 de Janeiro de 2009

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/463 (XIV)

RELATÓRIO DA COMISSÃO
SOBRE O DIÁLOGO ÁFRICA-UE



Troika Ministerial África-UE, Adis Abeba (20-21 de Novembro de 2008)

Relatório de Actividades Conjunto relativo à implementação da Estratégia Conjunta África-UE e o seu primeiro Plano de Acção (2008 – 2010)

(Final)

I. Implementação da Estratégia Conjunta

1. A Estratégia Conjunta adoptada na Cimeira de Lisboa em Dezembro de 2007 reflecte, acima de tudo, a forte determinação dos líderes europeus e africanos em elevar as suas relações ao nível de uma Parceria Estratégica. Em Lisboa, os Chefes de Estado e de Governo acordaram igualmente sobre um primeiro Plano de Acção (2008-2010) com oito parcerias temáticas no sentido de garantir que este projecto a longo prazo tenha rapidamente resultados concretos. Um ano depois de Lisboa, consideráveis progressos foram realizados na concretização dos compromissos operacionais do Plano de Acção com alguns importantes passos realizados no sentido de alcançar os grandes objectivos políticos da parceria estratégica:

- a. **“Para além do Desenvolvimento”**. África continua a ser uma prioridade na agenda da política externa da UE, com um crescente diálogo a ser estabelecido para além dos limites das questões tradicionais, agências e funcionários do desenvolvimento. De igual modo, África já não considera a UE na perspectiva da tradicional relação doador-recipientes, mas como um parceiro com o qual os desafios globais podem ser abordados de forma efectiva. A intensificação dos contactos de alto nível, em particular na área da paz e segurança, como exemplificado pelas Reuniões da Troika do Comité de Políticas e Segurança da UE (CPS) e o Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS) em Setembro e dos Ministros da Defesa de África-UE em Novembro de 2008, sublinham esse interesse de ampliação. Contudo, mais esforços devem ser empreendidos no sentido de mobilizar o engajamento político e os recursos financeiros dos actores intervenientes fora da comunidade de desenvolvimento.
- b. **“Para além da África-UE”**. Apesar da UE e África estarem a debater de forma crescente e a cooperar sobre as questões globais tais como a paz e segurança, ou as alterações climáticas, a segurança energética e alimentar, o destaque do debate geralmente continua limitado para África – o impacto das alterações climáticas *em África*, segurança energética e alimentar *em África*, etc. Ambas as partes devem fazer mais no sentido de aumentar a cooperação na ONU, em outros fóruns internacionais e nas negociações multilaterais em relação a questões essenciais como o comércio, direitos humanos ou alterações climáticas. Devem igualmente identificar causas comuns e funcionar em conjunto nas questões políticas regionais e globais.
- c. **“Para além das instituições”**. Uma das principais inovações desta parceria centrada nas pessoas é o engajamento do amplo espectro de actores não tradicionais da sociedade civil, incluindo a mulher, a juventude, os grupos profissionais e a Diáspora, bem como do sector privado e académico. Apesar de haver interesse genuíno no sentido do sério engajamento, ambas as partes

devem trabalhar de forma mais árdua no sentido de identificar os meios financeiros e desenvolver mecanismos práticos de funcionamento que permitam o envolvimento activo e a interacção de actores não-governamentais.

2. **A Troika Ministerial de 16 de Setembro de 2008** adoptou o primeiro relatório de implementação da Estratégia e do Plano de Acção, saudou os progressos realizados, e aprovou uma série de recomendações concretas sobre a via a seguir.

3. Desde então, **a parte da UE** reforçou ainda mais os preparativos de funcionamento acordados em Lisboa, e empreendeu particularmente o trabalho preparatório para a implementação das 8 parcerias temáticas África-UE nas Equipas de Implementação da UE (TICs, vide o resumo em Anexo) que consiste dos Estados Membros particularmente empenhados, o Secretariado da Comissão e do Conselho, sob a coordenação geral do Grupo de Trabalho África do Conselho. No que refere aos aspectos financeiros, os Estados Membros da UE irão esclarecer as suas possíveis contribuições para o financiamento das actividades previstas, tendo em conta as iniciativas existentes identificadas no exercício de identificação levado a cabo pelas Equipas de Implementação da UE. A Comissão Europeia irá igualmente traduzir os seus compromissos financeiros para apoio à Estratégia Conjunta e Plano de Acção com a optimização da utilização das fontes e instrumentos de financiamento existentes no Orçamento da CE com base no actual Quadro Financeiro Multi-anual e do FED.

4. Da **parte africano**, 8 grupos de peritos foram formados conforme previsto na arquitectura de implementação aprovada pela 10ª Troika Ministerial. Os Grupos de Peritos são constituídos pelos Estados Africanos, incluindo países com carteiras de liderança, a Comissão da UA através dos seus grupos de trabalho interdepartamental e as CERs. Contudo, até a data, o nível de representação das CERs nesses Grupos de Peritos continua baixo, apesar dos esforços por parte da CUA em envolve-los. Dada a necessidade do seu envolvimento activo no sentido de realizar progressos significativos, a CUA não irá abrandar nos seus esforços em engajar todas as 8 CERs com vista a garantir a sua plena participação no processo de implementação. Em relação à participação da sociedade civil Africana, a ECOSOCC desempenhará um importante papel.

5. Foram igualmente empreendidos esforços iniciais no sentido de tornar o processo acessível aos **parceiros internacionais**, incluindo o Banco Mundial, o sistema das Nações Unidas e os países do G-8. Este trabalho deve agora encaminhar-se para além do diálogo político para a cooperação concreta ao nível de cada parceria.

6. Finalmente, em 2008 notou-se um considerável reforço dos contactos entre as **instituições da UE e as suas homólogas da UA**. É de realçar o estabelecimento de uma Delegação da UE com “dupla função” na UA em Adis Abeba, o maior engajamento da Delegação da UA na UE em Bruxelas na melhoria do diálogo, o diálogo cada vez mais intenso entre as Comissões e a agenda de cooperação, bem como a crescente parceria entre os Parlamentos Europeu e Pan-Africano.

II. IMPLEMENTAÇÃO DAS 8 PARCERIAS TEMÁTICAS

7. Da **parte da UE**, o engajamento proactivo dos Estados Membros, da Comissão e de outras instituições e actores intervenientes europeus foi instrumental para a realização de progressos iniciais nas 8 parcerias, em conformidade com os compromissos internacionais sobre maior eficiência do auxílio, coerência política para o desenvolvimento e divisão de tarefas e a integração de questões tais como a igualdade do género. As secções a seguir destacam os progressos realizados até ao momento e a via a seguir em termos de acções prioritárias.

8. Da **parte africana**, algum estímulo está actualmente a ser empreendido, apesar do início lento na implementação do Grupo Africano de Peritos no sentido de trabalhar para a implementação das 8 parcerias do Primeiro Plano de Acção. Uma reunião paralela inicial de todos os 8 Grupos de Peritos foi realizada em Adis Abeba no dia 05 de Novembro de 2008, que definiu as reuniões subsequentes dos Grupos de Peritos Conjunto (GPC) antes da 11ª Troika Ministerial. Agora que os contactos iniciais entre os membros africanos e europeus dos GPCs foram estabelecidos e acordado um entendimento comum dos seus mandatos e métodos de funcionamento, o trabalho deverá progredir de forma rápida nas próximas semanas e meses. Por este motivo, até a altura em que a avaliação da implementação da Estratégia Conjunta e do seu primeiro Plano de Acção de médio-prazo seja concluída no final de 2009, significativos progressos deverão ser alcançados.

9. Desde a última reunião da Troika Ministerial Conjunta, importantes progressos foram realizados na implementação da **Parceria de Paz e Segurança**. O diálogo político foi reforçado de forma significativa conforme evidenciado, entre outras, com a realização da primeira reunião entre o Conselho de Paz e Segurança da UA e o Comité de Políticas e Segurança da UE, as consultas regulares e o intercâmbio de informação entre a Comissão da UA, por uma parte, e a Comissão Europeia e o Secretariado Geral do Conselho, por outro. Iniciou-se igualmente um diálogo em relação à outras questões relacionadas, tais como as armas ligeiras e de pequeno calibre e o combate ao terrorismo.

10. O período em análise testemunhou igualmente mais progressos na cooperação entre a UE e a UA no que refere à operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança. Isto aplica-se em particular ao Sistema Continental de Aviso Prévio e a Força Africana em Estado de Alerta. Finalmente, e no que se refere ao financiamento das Operações de Manutenção de Paz lideradas pelos africanos, devem ser mencionados os esforços em curso para a implementação do novo Mecanismo Africano de Paz para o período de 2008 – 2010, que totaliza 300 milhões de Euros. De igual modo, as duas partes mentêm estreitas consultas no que se refere ao trabalho do Painel UA-ONU chefiado pelo Sr. Romano Prodi.

11. De modo a reforçar ainda mais esta parceria, a primeira reunião do Grupo de Peritos Conjunto, reuniu-se em Adis Abeba no dia 18 de Novembro de 2008, acordando nos seguintes passos, de acordo com as acções prioritárias definidas no Plano de Acção Conjunto, conforme adoptado em Lisboa, Portugal.

a. Reforçar o diálogo sobre os desafios à Paz e Segurança:

- i. Busca de um diálogo sistemático, regular e ad hoc sobre todas as questões relacionadas com a paz e segurança, à todos os níveis, incluindo consultas entre o Conselho de Paz e Segurança da UA (CPS-UA) e o Comité de Políticas e de Segurança da UE (CPS-UE); e consultas entre ambos os secretariado;
- ii. Realizar reuniões conjuntas do CPS-UA e CPS-UE numa base anual; (Segunda reunião antes de Setembro de 2009);
- iii. Ambas as partes deverão definir um intercâmbio estruturado de agendas, documentação e resultados das reuniões dos seus respectivos CPS. A Delegação/Missão Permanente da UE/UA deverá facilitar este desiderato juntamente com o Secretariado do Conselho da UE/Secretariado do CPS da UA, Presidência e Comissões. Este intercâmbio deve igualmente cobrir outros importantes órgãos competentes. A interacção dos Funcionários dos Escritórios

deve ser intensificada através do intercâmbio e actualização regular de endereços e de reuniões;

- iv. Intensificar os esforços para o intercâmbio de informações, partilha das análises e relatórios sobre as situações de crise e de conflito, com base nos passos já empreendidos neste sentido, incluindo mais reuniões regulares entre a Delegação da UE em Adis Abeba e o Departamento de Paz e Segurança (DPS) (em curso). Nesse contexto, levar a cabo avaliações informais conjuntas dos desafios de segurança nas áreas de interesse mútuo (em curso);
- v. Levar a cabo sistematicamente missões conjuntas de avaliação das missões de manutenção de paz financiadas ou que possam ser financiadas através do Mecanismo Africano de Paz (APF) e outros instrumentos da Comissão Europeia (CE), com base na experiência obtida das visitas à República Centro Africana (RCA) e às Comores. Agendar missões à RCA, Burundi e Comores para 2009 e à Somália, o mais cedo possível;
- vi. Realizar missões Africanas-UE conjuntas para áreas pós-conflito na Europa de modo a tirar ilações da experiência europeia e como poderá ser útil para os esforços em curso para a consolidação da paz em África (2009);
- vii. Explorar a possibilidade de estabelecer um centro encarregado pela operacionalização do Quadro de Políticas de RDPC em África (2009);
- viii. Facilitar o intercâmbio de experiências e lições apreendidas entre os mediadores da UE e africanos. Nesse contexto, organizar um workshop conjunto Africano-UE em África (primeiro semestre de 2009);
- ix. A Comissão Europeia, a Comissão da União Africana e o Secretariado do Conselho da UE deverão apresentar propostas para a operacionalização dos mecanismos para consultas ao nível dos Embaixadores Africanos-UE, em particular em Adis Abeba, Bruxelas e Nova Iorque (Março de 2009);
- x. Melhorar o reforço das capacidades, interacção, cooperação e intercâmbio de informações sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (SALW), Fragmentos de Explosivos da Guerra (ERW) e Minas Terrestres Anti-pessoais (APM), bem como o combate contra o tráfico ilícito. Nesse sentido:
 1. trabalhar para o desenvolvimento de uma Estratégia Africana sobre Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (Dezembro de 2009);
 2. desenvolver modalidades no sentido de engajar os peritos africanos na implementação do projecto financiado pela CE em apoio das actividades do RPCCO na área das Armas Ligeiras e de Pequeno Calibre (final de Junho de 2009); e
 3. organizar um workshop conjunto sobre a erradicação dos ERW (2009).
- xi. Reforçar a colaboração na prevenção e combate contra o terrorismo, incluindo um maior apoio financeiro ao CAERT, com base nos programas existentes.
 - b. Operacionalização da Arquitectura Africana de Paz e Segurança (APSA):
 - i. Melhorar a prevenção de conflitos, principalmente com o desenvolvimento das componentes regionais do Sistema de Aviso Prévio Continental

(CEWS). Nesse contexto, identificar todos os projectos em curso de apoio à operacionalização do CEWS (primeiro trimestre de 2009);

- ii. Reforçar a cooperação entre os sistemas de aviso prévio africanos e europeus, principalmente com a cooperação entre o CMD da UA e o Centro Conjunto de Pesquisas (JRC) da Comissão Europeia (em curso);
 - iii. Trabalhar no sentido da operacionalização da Força Africana em Estado de Alerta (ASF), com base no Roteiro 2 adoptado pelos Ministros da Defesa e Segurança Africanos em Março de 2008, e aprovada pelo Conselho Executivo em Junho de 2008, com destaque na formação e exercícios das brigadas regionais, logística, transportes marítimos e aéreos estratégicos, questões médicas, comunicações e a execução das anunciadas contribuições por parte das brigadas regionais:
 1. Iniciar o AMANI AFRICA/EURO-RECAMP e trabalhar no sentido da sua implementação plena. Este exercício tem como objectivo apoiar o desenvolvimento das brigadas em Estado de Alerta até Junho de 2010, principalmente com o auxílio às suas componentes militares, civis e policiais;
 2. Apresentar conjuntamente um programa de auxílio europeu para os centros de formação africanos e preparar todas as actividades previstas tendo em conta o rápido reforço das componentes militares, policiais e civis da Força Africana em Estado de Alerta. Para este fim, levar a cabo um estudo conjunto UA-CERs-UE com o objectivo de preparar um programa de auxílio (Junho de 2009); Simultaneamente, iniciar um exercício de identificação das actividades de formação das componentes policiais e civis da ASF;
 3. Organizar um seminário conjunto (primeiro trimestre de 2009) com o objectivo de estabelecer uma correlação entre as necessidades africanas e as ofertas europeias e definir uma lista não-exaustiva dos centros africanos bem como das modalidades de apoio da UE e da UA, bem como os seus respectivos Estados Membros.
 - iv. Desenvolver e finalizar um calendário para o reforço do pessoal do Departamento de Paz e Segurança e de outras importantes estruturas da UA e das CERs (primeiro semestre de 2009).
- c. Financiamento das operações de manutenção da paz lideradas pela UA:
- i. A rápida operacionalização do novo Mecanismo Africano de Paz para o período 2008 – 2010, com um montante de 300 milhões de Euros;
 - ii. Trabalhar em conjunto no sentido de alcançar, com base no Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, um mecanismo das Nações Unidas que proporcione apoio financeiro sustentável, flexível e previsível para as operações de manutenção de paz levadas a cabo pela UA, ou sob a sua autoridade e com o consentimento do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluindo uma reunião consultiva entre os grupos da UA e da UE em Nova Iorque de modo a partilhar pontos de vista sobre os referidos esforços e fazer o seguimento das recomendações do Painel da UA/Nações Unidas chefiado pelo Sr. Romano Prodi.

12. Recomendações e via a seguir

- a. Melhorar a cooperação tripartida UE, UA e CERs, tanto aos níveis estratégico como operacional;
- b. Garantir o envolvimento pleno das CERs/RMs nas deliberações do Grupo de Peritos Conjunto, em particular através dos Funcionários de Ligação com a UA;
- c. Foi debatido o papel do Parlamento Europeu e Pan-Africano e da Sociedade Civil na parceria da paz e segurança. Foi acordado que as modalidades do seu envolvimento seriam definidas numa data a posterior tendo em conta as importantes disposições da Estratégia Conjunta e do Plano de Acção;
- d. Será dada atenção especial às questões do género e grupos vulneráveis no trabalho futuro desta parceria.

13. No quadro da **Parceria sobre Governação Democrática e Direitos Humanos**, África e a UE iniciaram reflexões paralelas com vista a apresentar os seus respectivos pontos de vista e consolidar uma metodologia comum.

14. A Equipa de Implementação co-presidida pela Alemanha e Portugal, com o envolvimento de até 13 Estados Membros da UE (dos quais 10 participaram no Grupo de Peritos Conjunto (JEG)), o Secretariado do Conselho, a Delegação da UE na UA e a Comissão Europeia trabalharam sobre uma contribuição para um documento de base conjunto de Maio a Julho de 2008. A Equipa de Implementação da UE enviou informalmente a sua contribuição tanto para a Comissão da UA e a Representação Permanente da UA na UE em Julho de 2008. A UE partilhou igualmente de modo informal esta contribuição e solicitou contribuições do Parlamento Europeu, da Comissão Económica e Social da Europa, da Comissão das Regiões e dos representantes dos grupos de contacto da sociedade civil da UE em Outubro de 2008.

15. A Equipa de Implementação Africana (IT) sobre Governação Democrática e Direitos Humanos (GDDH) presidida pelo Egipto, com o envolvimento de até 11 países africanos (dos quais 10 participaram neste primeiro Grupo de Peritos Conjunto) e a Comissão da União Africana reuniu-se em Adis Abeba no dia 05 de Novembro e no dia 17 de Novembro. O Grupo de Implementação Africano trabalhou sobre a formulação de um documento da posição africana em relação à Parceria relativa a GDDH, e debateu igualmente várias ideias iniciais para os projectos previstos nas áreas da governação democrática e direitos humanos bem como em vários projectos na área do reforço da cooperação na área dos bens culturais para a implementação do 1º Plano de Acção 2008 – 2010.

16. A 1ª reunião do Grupo de Peritos Conjunto foi realizada em Adis Abeba no dia 18 de Novembro, co-presidida pelo Egipto pela parte africano, e a Alemanha e Portugal, pela parte da UE.

17. Os princípios orientadores do trabalho da Equipa de Implementação da UA foram em dois sentidos. Primeiro, a implementação desta Parceria é, e continuará a ser uma responsabilidade partilhada da UE-África tanto na execução dos resultados almejados, na disposição de contribuições de políticas e recursos materiais, incluindo o financiamento. Em segundo lugar, esta Parceria sobre a Governação Democrática e Direitos Humanos deve ser conceitualizada e implementada em consistência com toda a Estratégia Conjunta

e Plano de Acção, e ir “para além do desenvolvimento”, “para além de África”, e “para além das instituições”. Tanto África como a UE não reduzirão esta parceria à tradicional relação centrada no desenvolvimento, de doador-recipientes. As estruturas existentes serão utilizadas no sentido de alcançar esses princípios.

18. A parte africana sublinhou vários princípios orientadores como a base para o funcionamento da parceria sobre GDDH; que a implementação e gestão da Parceria sejam orientadas pelos princípios do respeito e entendimento mútuo, o respeito às identidades dos países e prioridades nacionais; que a parceria sobre GDDH proporcione um fórum único para o intercâmbio de ideias entre ambas as partes tendo em conta os diferentes contextos sociais, económicos, políticos e culturais em torno dos dois continentes e, contribuirá para a sensibilização de ambas as partes para os seus múltiplos desafios, obstáculos, prioridades e necessidades. A parte Africana destaca igualmente sobre a importância de haver uma metodologia balanceada nos projectos a serem acordados entre ambas as partes de modo que possam reflectir as três áreas prioritárias na parceria sobre GDDH.

19. Para além dos debates sobre a situação e a via a seguir, o JEG acordou sobre os métodos de funcionamento e o roteiro que antecede a próxima reunião. Em relação à 1ª Acção Prioritária (Diálogo otimizado ao nível global e Fóruns Internacionais) foram decididos os seguintes passos:

- a. Ambas as partes irão preparar os detalhes sobre o funcionamento da plataforma;
- b. Os co-presidentes irão desenvolver propostas concretas para a cooperação nos fóruns internacionais;
- c. As ideias iniciais foram apresentadas de modo informal pela parte africana para os projectos previstos sobre os direitos humanos relativos ao direito ao desenvolvimento, o direito à alimentação e a adopção de medidas para a integração do combate à todas as formas de intolerância, racismo e xenofobia nos sistemas nacionais de protecção, em particular prestando alta prioridade ao combate ao recrudescimento da incitação ao ódio racial e religioso e melhorando a boa governação ao nível internacional;
- d. Ambas as partes propuseram a participação das equipas de implementação no diálogo UE-UA sobre os Direitos Humanos para o JEG de modo a garantir a coordenação e coerência com os esforços levados a cabo pela Parceria;
- e. O Banco Africano de Desenvolvimento prestará informações sobre o projecto que apresentaram;
- f. Ambas as partes irão preparar declarações de contribuição sobre a Arquitectura dos Direitos Humanos e Governação aos sistemas e instituições da UE e UA;
- g. Informação regular sobre as actividades em curso no sector da governação;
- h. A parte europeia convidará os parceiros africanos para as sessões da COHOM e COAFRE.

20. Relativamente à 2ª Acção Prioritária (Promoção do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares e apoio para a Carta Africana relativa à Democracia, Eleições e Governação) foram decididos os seguintes passos que deverão ser realizados:

- a. A UE irá receber as opiniões da parte africana sobre como apoiar o MAAP e toda a Arquitectura de Governação Pan-Africana;
- b. Informação regular sobre as actividades em curso no sector da governação;
- c. A parte Africana apresentará a sua posição em relação ao exercício de identificação da UE;
- d. A UE seja informada pela parte africana sobre as actividades concretas necessárias para encorajar a ratificação e implementação da Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e Governação;
- e. Sobre a observação de eleições, a UE apresentou os debates em curso entre as Comissões da UA e da UE sobre o projecto de apoio ao fundo de assistência e observação eleitoral administrado pela Direcção de Assuntos Políticos da Comissão da UA;
- f. O Marrocos irão apresentar uma proposta para a governação local e foram encorajados a ter em conta a cultura local;
- g. A participação da mulher nos processos democráticos e governação bem como o combate à corrupção deverão ser integrados em todas as actividades nesta acção prioritária.

21. Em relação à 3ª Acção Prioritária (Reforço da Cooperação na Área dos Bens Culturais) foram decididos os seguintes passos:

- a. A CE e a CUA devem coordenar de modo a tornar célere a finalização do inventário sobre as actividades em curso na cooperação;
- b. A parte da UE apresentou projectos sobre os aspectos jurídicos relativos aos bens culturais (por exemplo as legislações nacionais); apoio para a formação dos funcionários do judiciário, da polícia e das alfândegas na área do combate contra o comércio ilícito de bens culturais; o lançamento de um programa de geminação entre os museus da África e da Europa; o estabelecimento de uma rede de peritos culturais;
- c. A parte Africana apresentou 6 projectos sobre a melhoria do intercâmbio de informações sobre os bens culturais existentes nos países da UE e africanos, organização de cursos de formação nas áreas relacionadas com a gestão e escavação dos locais, estabelecimento de sistemas de inventário nos países de África, organização de seminários sobre as melhores práticas para o retorno dos bens culturais adquiridos ilegalmente, organização de reuniões dos peritos juristas para o estabelecimento de mecanismos adequados para o combate ao tráfico ilegal de bens culturais e o encorajamento de estudos que focalizam sobre as relações entre as línguas africana e europeias;
- d. Foi acordado que os co-presidentes devem apresentar uma sugestão sobre como tornar funcional uma lista comum de actividades e projectos acima apresentados com os detalhes necessários à próxima reunião do JEG;
- e. Informação regular sobre as actividades em curso no sector dos bens culturais.

22. Finalmente, em relação aos mecanismos de funcionamento, foi acordado que:

- a. As comunicações deverão ser entre os co-presidentes;
- b. A reunião do JEG será realizada duas vezes entre as reuniões da Troika;
- c. Encorajamento à participação dos peritos dos Estados Membros;
- d. Próxima reunião entre Fevereiro/Março em Lisboa;
- e. O JEG tomou nota das Orientações para os Grupos de Peritos Conjuntos, conforme adoptadas pela Troika Ministerial de 20-21 de Novembro de 2008;
- f. A parte Africana apresentará à UE o seu documento de base sobre a posição africana em relação à Parceria sobre GDDH.

23. Relativamente à Parceria sobre o Comércio, Integração Regional e Infra-estruturas, foram alcançados progressos iniciais. Em relação à Agenda de Integração Africana, as principais prioridades de África são entre outras a implementação do Programa de Integração Mínima, a harmonização e racionalização das comunidades económicas regionais (CERs). Neste sentido, imensos progressos foram alcançados para o avanço das áreas de comércio livre e uniões aduaneiras e está a ser dada atenção específica à formação em integração regional.

24. O Conselho de Ministros da UE adoptou no dia 11 de Novembro de 2008 conclusões sobre a integração regional e os Acordos de Parceria Económica (APE) para o desenvolvimento. Essas conclusões estão em grande medida em conformidade com a Comunicação da Comissão Europeia sobre a integração regional adoptada no dia 1 de Outubro de 2008. Esses dois documentos políticos destacam uma visão da UE de apoio à integração regional em África e serão a base para o engajamento da UE na integração regional.

25. Estão em curso negociações para os APEs plenos e gerais. A Comissão Europeia e os Estados Membros da UE cooperam no quadro dos compromissos da UE em aumentar o seu auxílio relacionado com o comércio para €2 biliões anualmente até 2010 e estão comprometidos em cumprir a sua iniciativa para a elaboração conjunta (possivelmente incluindo outros doadores interessados) de pacotes regionais de “auxílio para o comércio”, que apoiarão a integração regional e proporcionarão uma resposta concertada e coerente às necessidades de auxílio para o comércio das regiões e países africanos. Esses pacotes regionais de auxílio para o comércio serão a principal ferramenta para a prestação do apoio da UE à integração regional, incluindo as medidas acompanhantes para os APEs.

26. Uma primeira reunião do JEG, co-presidida pela Comissão Europeia e pela África do Sul, foi realizada em Adis Abeba no dia 14 de Novembro de 2008. Como parte dos esforços em curso acima referenciado, as duas partes acordaram sobre os seguintes conjuntos de prioridades para o avanço da parceria:

- a. Reforço das capacidades e desenvolvimento institucional, com destaque em particular sobre: i) desenvolvimento e gestão de políticas; ii) transferência e retenção de habilidades; e iii) capacidades institucionais para implementar os acordos regionais de comércio;
- b. Desenvolvimento e reforço dos quadros reguladores regionais, com atenção específica para o desenvolvimento de estratégias para a harmonização da legislação comercial.

27. As seguintes acções prioritárias na área das normas, padrões e controlo da qualidade apoiam as actuais prioridades e actividades realizadas em ambas as partes:

- a. Na área das normas sanitárias e fitossanitárias (SPS): i) proporcionar formação em SPS em toda a África (Melhor Formação para iniciativa Alimentar mais Segura); ii) reforço da capacidade dos funcionários da CUA nas questões de SPS através de formação intensiva (por exemplo sobre as questões de harmonização) e programas de intercâmbio; iii) criação de uma plataforma para a partilha de informações e para a melhoria da participação dos países africanos no processo de definição de normas da UE; iv) melhoria do conhecimento sobre serviços de inspecção alimentar; e v) iniciar debates sobre a reabilitação e modernização dos laboratórios para a testagem e certificação de plantas e animais em produtos como o pescado ou de cortumes.
- b. Em relação às normas e normalização industrial, as duas partes iniciarão debates para identificar prioridades para a cooperação que incluirá, entre outras, um programa de apoio para o desenvolvimento das capacidades das firmas e agências. Essas acções terão em conta os programas em curso aos níveis regional.
- c. Na área das alfândegas, as duas partes irão reforçar a cooperação, com destaque imediato nos estudos para avaliação das necessidades e potencial para a harmonização dos procedimentos e regras aduaneiras de origem ao nível africano e reformas aduaneiras. A CE está empenhada em apoiar os referidos estudos e a apoiar as reformas aduaneiras através de seminários informativos na base dos “planos aduaneiros” da CE.
- d. Na área da harmonização estatística, a parte africana prioriza a coordenação das estatísticas em todo o continente e a prestação de estatísticas harmonizadas de alta qualidade, por exemplo, com a promoção da Carta Africana de Estatísticas, apoiada pelo intercâmbio de experiências e de melhores práticas da UE-África bem como dos reforço de capacidades da Eurostat para as organizações pan-africanas.

28. Para garantir que a integração regional beneficie a todos, o intercâmbio de experiências será realizado no domínio da cooperação regional e transfronteiriça, com o apoio da CE para o reforço das capacidades em toda a África, *inter alia* as técnicas de políticas regionais, a cooperação transfronteiriça e a governação aos vários níveis.

29. Mais passos serão levados a cabo no sentido de implementar a parceria em Infra-estruturas. O Fundo Fiduciário das Infra-estruturas recebeu até ao momento 146 milhões de € em concessões (contribuições de 11 Estados Membros da UE e do 9º FED). Um documento estratégico no documento estratégico do pacote do 10º FED intra-ACP está em análise por parte dos Estados Membros da UE e ACP e visa disponibilizações futuras substanciais para o Fundo Fiduciário. 8 grandes projectos de infra-estruturas foram aprovados pelo Comité Executivo do Fundo Fiduciário e a 2ª reunião do Comité Directivo foi realizada no dia 20 de Novembro de 2008 em Adis Abeba. A fase inicial da Parceria é apoiada através de uma disponibilização de 10 milhões de € do 9º FED, e algumas das actividades iniciais planificadas estão já em curso. O recrutamento do auxílio técnico está previsto para o início de 2009. O Programa de Desenvolvimento de Infra-estruturas em África (PDIA) será apoiado com 2 milhões de € do programa de Reforço das Capacidades da UA e a disponibilização original para os planos directores sectoriais serão consolidados para financiar o PDIA. As possibilidades para melhorar a cooperação com

outros parceiros particularmente interessados na área do desenvolvimento das Infra-estruturas Africanas serão exploradas. Finalmente, a Cimeira sobre Aviação UE-África em Windhoek no dia 01/12/2008 irá criar as bases para a melhoria da cooperação na aviação civil e desenvolver um roteiro para possíveis actividades concretas de cooperação.

30. Em relação à **Parceria sobre os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs)**, os representantes das Comissões da UA e da UE, Líderes de Parcerias, países africanos e Estados Membros da UE reuniram-se num Grupo de Peritos Conjunto informal em Adis Abeba no dia 19 de Novembro, co-presidida pela Tunísia e Reino Unido, para debater a implementação da Parceria sobre os ODMs, uma das oito Parcerias Temáticas que compõem o primeiro Plano de Acção do Estratégia Conjunta África-UE.

31. Os participantes analisaram profundamente o trabalho realizado por cada uma das partes até a data de modo a facilitar a implementação. O Reino Unido (como Líder da Parceria da UE) levou a cabo um exercício de identificação para recolher informações sobre as iniciativas em vigor das quais a parte europeia tem conhecimento, que contribui para as quatro acções prioritárias identificadas na Parceria sobre os ODMs. Este exercício irá igualmente ajudar a identificar as lacunas. Através da Equipa de Implementação Europeia, todos os Estados Membros da UE e a Sociedade Civil foram consultados. A reunião acordou em continuar e manter actualizado sobre este trabalho de identificação e de modo a incluir as actividades adicionais em curso identificadas pela parte africana.

32. O Embaixador da Tunísia (como líder da Parceria Africana) indicou que uma série de reuniões foram realizadas entre os representantes dos Estados Membros do grupo de trabalho sobre os ODMs com a participação da Comissão da UA. Uma pesquisa inicial dos projectos propostos foi realizada, seguida por um processo de avaliação baseado em critérios identificados para garantir que os projectos seleccionados estejam em conformidade com todos os requisitos estabelecidos. O co-presidente da UE acordou em partilhar essas propostas com a Equipa de Implementação da UE. Os Parceiros em ambas as partes irão analisá-las de forma mais profunda, em preparação para a próxima reunião do Grupo de Peritos Conjunto em Março de 2009.

33. A reunião analisou os recentes e próximos eventos e iniciativas internacionais que tenham uma importância directa na realização das quatro acções prioritárias sob a Parceria sobre os ODMs, em particular as importantes contribuições realizadas para a realização da primeira acção prioritária da Parceria sobre os ODMs: "Garantir a base de financiamento e de políticas para os ODMs".

34. Os participantes analisaram profundamente as Reuniões de Alto Nível das Nações Unidas no dia 22 e 25 de Setembro em particular, que destacou sobre a implementação de todos os compromissos assumidos para e por África e sobre os ODMs em termos globais; o Fórum de Alto Nível de Acra que deu importantes passos no sentido de uma melhor efectividade do auxílio, outro elemento da primeira acção prioritária; a reiteração dos compromissos por parte do Conselho Europeu dos Estados Membros da UE para o incremento do Apoio Público para o Desenvolvimento de forma colectiva para 0,56% do Rendimento Nacional Bruto até 2010; e a sua adopção de uma Agenda para Acção da UE, que representa uma oferta colectiva europeia para os parceiros de desenvolvimento, em particular em África e define várias metas imediatas a serem alcançadas até 2010 de modo a permitir o alcance das metas dos ODMs até 2015. Foi acordado que o trabalho da Parceria sobre os ODMs deve interligar de forma coerente com os resultados desses eventos e processos, de modo a garantir a complementaridade entre as várias iniciativas com destaque nos ODMs.

35. A reunião manifestou-se esperançada que a Conferência de Doha sobre o Financiamento para o Desenvolvimento em Novembro/Dezembro, como o principal momento na garantia da base financeira para a realização dos ODMs.

36. A reunião debateu os preparativos para a próxima reunião do Grupo de Peritos Conjunto sobre a Parceria sobre os ODMs. Foi acordado que os co-presidentes da Parceria devem procurar organizar um próximo JEG em Março de 2009. Foi proposto que esta situação proporcione tempo suficiente para debates separados ao nível de peritos sobre segurança alimentar, saúde e educação, seguida de uma reunião dos co-presidentes e outros parceiros para acordar sobre um conjunto consolidado de acções de acompanhamento. O objectivo seria o de realizar todas as reuniões em um ou dois dias no mesmo local. As áreas específicas que podem proporcionar tópicos candentes para debates incluem, mas não são limitadas à:

- a. propostas para o trabalho conjunto;
- b. os projectos seleccionados do Plano de Acção da UA/NEPAD sobre agricultura e segurança alimentar, saúde e educação, propostos pela parte Africana;
- c. garantir ligações estratégicas entre a variedade de iniciativas para fazer face à crise dos preços dos alimentos e o Programa Geral de Desenvolvimento Agrícola Africano que define o próprio Quadro de África para a Segurança Alimentar;
- d. maiores esforços no sentido de fazer face à mortalidade materna, em que todos os países africanos estão aquém da realização dos ODMs;
- e. abordagem dos elementos das acções prioritárias que destacam sobre as deficiências, em que parece haver uma diferença nos actuais esforços de implementação dos parceiros;
- f. reforço da cooperação UE-Africana na monitorização dos progressos sobre os ODMs em África, com a implementação da Carta relativa às Estatísticas de modo a melhorar a recolha, análise e informação dos dados sobre os ODMs aos níveis dos países e regional.

37. Os representantes do Reino Unido e da CE descreveram os preparativos a serem desenvolvidos pela parte Europeia de modo a garantir a plena participação da sociedade civil, dos parlamentares e peritos na matéria. O trabalho sobre esta questão ainda está em curso pela parte Africana.

38. A reunião debateu os preparativos para o trabalho conjunto e como melhor facilitar um mecanismo aberto, inclusivo e eficiente de operação que seja conducente ao estabelecimento de uma parceria forte e efectiva. Foi acordado que os co-presidentes devem recolher uma lista dos principais contactos, incluindo os dos importantes peritos MS, com vista a facilitar a contínua comunicação e interacção virtual, uma vez que todos os parceiros se preparam para o próximo Grupo de Peritos Conjunto.

39. O diálogo conjunto entre os parceiros Europeus e Africanos está no centro da Estratégia e da Parceria sobre os ODMs. Enormes esforços deverão ser feitos no sentido de criar e manter um diálogo de alta qualidade, tendo em conta o amplo âmbito da Parceria sobre os ODMs, que se sobrepõe por mais de uma carteira dos Comissários da UA e da UE.

40. Em relação à Parceria sobre a Energia, progressos iniciais foram alcançados. Em Setembro de 2008, os Comissários Europeus para a Energia e para o Desenvolvimento, Sr Piebalgs e Sr Michel, realizaram uma missão conjunta para África no sentido de comunicar a importância da Parceria sobre a Energia. Os dois Comissários visitaram a CUA, a Etiópia, a Nigéria e o Burquina Faso. Durante essa visita, as duas, Comissão Europeia e CUA, manifestaram a sua vontade em juntar forças e alcançaram um acordo sobre as principais prioridades e definição administrativa para a implementação da parceria; e foi assinada uma “Declaração Conjunta sobre a Implementação da Parceria África-UE sobre Energia”. Essa declaração foi aprovada durante a reunião colegial da Comissão Europeia e Comissão da UA no dia 1 de Outubro de 2008, em Bruxelas.

41. As prioridades acordadas na Declaração Conjunta e na primeira reunião do Grupo de Peritos Conjunto (JEG) informal são: segurança energética, integração regional e melhoria das infra-estruturas de energia, interconexões energéticas em África e entre a África e a UE, a promoção de um meio ambiente que permita o investimento do sector privado, melhoria do acesso aos serviços de energia, exploração do potencial de energia renovável de África de forma sustentável e melhoria da eficiência energética.

42. Igualmente em Setembro, os Co-presidentes da UE e os representantes da Comissão da UE reuniram-se com os seus homólogos na Comissão da UA em Adis Abeba de modo a debater sobre os preparativos para a primeira Reunião Conjunta de Peritos. Durante essa reunião a CUA sublinhou o seu interesse em fazer progressos tendo em conta a próxima Cimeira da UA no final de Janeiro de 2009 em Adis Abeba. A CUA manifestou igualmente a necessidade de mais pessoal e/ou de um Secretariado para gerir a Parceria sobre Energia. Essa sugestão está a ser debatida.

43. Neste sentido, o primeiro JEG foi realizado no dia 15-16 de Outubro, em Adis Abeba, co-presidida pela CUA e Alemanha juntamente com a Áustria. As comunicações entre as relevantes individualidades na UE e na Comissão da UA foram bem estabelecidas. Os participantes acordaram sobre as prioridades incluídas na Declaração Conjunta CUA-CE e para continuar, na base da Declaração Conjunta, para a elaboração de um Roteiro para a Implementação da Parceria.

44. Durante a elaboração do roteiro, o diálogo bilateral sobre a energia com países e regiões Africanas específicas será continuado. Para este fim, um importante resultado do JEG será o estabelecimento das Partes de Trabalho (WP) como subgrupos do JEG que irão propor os elementos e acções a serem incluídas em cada um dos principais temas identificados pelo Roteiro: a) Segurança Energética e Integração Regional e interconexões energéticas em África e entre África e a UE; b) Energias Renováveis e Eficiência Energética; c) Melhor Acesso à Energia; d) Incremento dos Investimentos na Energia; e e) Reforço das Capacidades e Transferência de Tecnologias. Para a parte da UE, a França considera a coordenação para o tópico a) e a Alemanha ofereceu-se a liderar o tópico b) com a Áustria. Este último Grupo de Trabalho irá preparar sugestões para um “maior programa de cooperação sobre energias renováveis” e outros pontos relacionados pelo próximo JEG.

45. Em 2008, vários projectos de energia em apoio à implementação desta Parceria foram ou serão contratados sob os instrumentos financeiros e programas temáticos existentes da Comissão da UE, incluindo o Mecanismo de Energia, Parceria África-UE sobre Infra-estruturas e o seu Fundo Fiduciário, programas FED bilaterais e regionais, Meio Ambiente, gestão sustentável dos recursos naturais incluindo a energia – programa ENRTP. Muitos MS bilaterais relacionados e outros programas de doadores estão igualmente em curso.

46. O conjunto de gestão da parceria está basicamente concluído e foram acordados importantes passos subsequentes para 2009. Durante a primeira reunião do Grupo de Peritos Conjunto, foi acordado que o próximo JEG deverá ser realizado em finais de Fevereiro de 2009. Por outro lado, a Primeira Reunião de Alto-Nível África-UE sobre Energia foi agora acordada que deverá ser realizada no segundo semestre de 2009, provavelmente em paralelo com o Fórum de Parceria sobre Energia que irá incluir a sociedade civil e o sector privado. A UE e as Equipas de Implementação Africanas estão a seguir descritas.

47. A Equipa de Implementação da UE (EU-IT) está a ser co-presidida pela Áustria e a Alemanha para os Estados Membros da UE em estreita coordenação com a Comissão da UE. A EU-IT coordena igualmente com o Conselho Consultivo da EUEI e é apoiado pelo Mecanismo de Diálogo da Parceria EUEI (EUEI-PDF). A EU-IT reuniu-se três vezes em Bruxelas antes da Reunião do Grupo de Peritos Conjunto e reunir-se-á novamente no dia 24 de Novembro de 2008, para planificar acções subsequentes resultantes da Reunião do Grupo de Peritos Conjunto. Os Estados Membros activos são a Áustria, a República Checa, a França, a Alemanha, a Suécia e o Reino Unido, mais as Direcções da UE para o Desenvolvimento, Energia e Relações Exteriores. A EU-IT informa regularmente ao grupo de trabalho do Conselho de África.

48. A Equipa de Implementação Africana (Af-IT) realizou a sua primeira reunião no JEG. A Af-IT não pôde reunir-se antes, mas a composição básica foi debatida e comunicada. Os seguintes grupos participarão na Af-IT: CUA, Comissão Africana de Energia (AFREC), Fórum Africano para Reguladores Utilitários (AFUR), as Comunidades Económicas Regionais (CERs), os Estados Membros (com base na representação regional), e a União dos Produtores, Transportadores e Distribuidores de Energia Eléctrica em África (UPDEA). O Egipto, o Congo Brazzaville, a África do Sul, o Senegal e o Uganda estiveram presentes no JEG. Os participantes Africanos ao JEG acordaram que uma reunião formal do Af-IT fosse realizada como o passo seguinte de modo que significativo trabalho possa iniciar e os preparativos de funcionamento (pontos focais, estruturas de comunicações, etc) possam ser estabelecidos.

49. Observações Gerais sobre o JEG e Conclusões: A atmosfera dos debates foi aberta e positiva e houve um sincero interesse de ambas as partes em fazer progressos de modo a alcançar os objectivos da Parceria. Os participantes acordaram que o trabalho já realizado para preparar o Plano de Acção e a Declaração Conjunta da CE-CUA de Setembro presta úteis orientações. A reunião foi politicamente importante uma vez que a Parceria sobre Energia foi a pioneira na realização da primeira JEG. Deste modo, a reunião foi visitada ou participaram nela os Embaixadores da UE na UA, o Embaixador Francês para a Parceria África-UE e vários outros Embaixadores Europeus bem como o Embaixador Ibrahim, acrescentando o visível compromisso político. A reunião em si manifestou-se preocupada em grande medida com a informação actualizada à todas as partes em relação ao trabalho anteriormente realizado para a Parceria ao mais alto nível político e sobre os vários esforços em curso sobre a energia em África, em particular através da NEPAD e das CERs. A CUA apresentou igualmente uma lista dos projectos sugeridos relacionados com o Plano de Acção que indicam um forte interesse dos actores intervenientes africanos nos tópicos como o reforço das capacidades, a integração regional e as energias renováveis. As conclusões da reunião destacam a necessidade da melhoria das comunicações e evitar a duplicação do trabalho já realizado. Todos os membros demonstraram grande interesse em fazer enormes progressos nos próximos meses. Formas de envolver o sector privado e a sociedade civil necessitam ainda de ser debatidas e elaboradas, bem como outros importantes actores intervenientes tais como os bancos de desenvolvimento e doadores multilaterais como as agências das Nações Unidas. A elaboração do Roteiro, o exercício de identificação, o estabelecimento das

importantes Partes de Trabalho bem como a organização da Primeira Reunião de Alto Nível África-UE sobre Energia são as grandes prioridades para os próximos meses bem como a ampliação e aprofundamento das comunicações entre os membros do JEG Africanos e Europeus.

50. A Parceria sobre as Alterações Climáticas sob o Plano de Acção 2008-2010 da Estratégia Conjunta África-UE inclui, conforme decidido em Lisboa em Dezembro de 2007, duas acções prioritárias:

- a. estabelecimento de uma agenda comum sobre políticas e cooperação em relação às alterações climáticas;
- b. combate à degradação e aridez da terra, incluindo a Grande Muralha Verde para a iniciativa do Sahara.

51. Após o Plano de Acção de Bali o objectivo dos negociadores internacionais sobre alterações climáticas na UNFCCC é o de concluir as negociações num acordo global reforçado, justo e efectivo para o regime das alterações climáticas após 2012 até o final de 2009, em Copenhaga. O Grupo de Peritos Conjunto África-UE (JEG) destacou que os elementos do futuro acordo sobre alterações climáticas deve contribuir para o necessário desenvolvimento económico de África.

52. O IV Relatório de Avaliação IPCC confirmou a particular vulnerabilidade de África. Destacou que o aumento dos eventos extremos (furacões, secas e inundações), as variações das temperaturas e alterações das quedas pluviométricas bem como a exposição à elevação dos níveis do mar são extremamente diferenciados de uma região de África para outra. Portanto, destacou a necessidade de mais medidas, investigação e análise do impacto das alterações climáticas nas diferentes regiões eco-climáticas de África.

53. Os resultados iniciais: Várias reuniões das Equipas de Implementação Europeias e Africanas tiveram lugar em 2008, seguidas pela primeira JEG em Adis nos dias 13-14 de Novembro de 2008, que foi co-presidida pelo Marrocos e pela França. Os principais resultados da reunião de Adis foram:

- a. Acordo sobre os mecanismos internos de funcionamento para o grupo (frequência das reuniões de seis em seis meses sempre que possível em paralelo com os workshops e conferências internacionais sobre alterações climáticas, informação, coordenação e intercâmbio de informações);
- b. Destaque sobre a necessidade de associar aos negociadores da parceria sobre as alterações climáticas bem como aos actores intervenientes no desenvolvimento. O seu conhecimento do processo internacional e experiência técnica é importante para o sucesso da parceria;
- c. A necessidade de aprofundar numa fase posterior o diálogo com outros actores intervenientes, nomeadamente a Sociedade Civil, o sector privado e os parlamentos, bem como os parceiros internacionais.

54. O JEG reconheceu o trabalho de identificação em curso ao nível da UE tendente a identificar as actividades relevantes actualmente apoiadas bem como os seus pontos fortes e fracos. Da parte africana está em curso uma reflexão estratégica para melhorar a priorização das actividades sobre as alterações climáticas. Esses exercícios são complementares e os respectivos resultados devem ser combinados numa fase posterior.

55. O Grupo de Peritos Conjunto considerou a seguinte lista de temas, que ainda requer uma priorização por parte do Grupo:

- a. Reforço das capacidades para as alterações climáticas;
- b. Gestão de recursos hídricos e adaptação na agricultura;
- c. Desertificação e degradação da terra;
- d. Desenvolvimento urbano;
- e. Redução da desflorestação e degradação das florestas;
- f. Gestão sustentável do fornecimento de combustíveis vegetais;
- g. Acesso à energia e eficiência energética: desenvolvimento de energias renováveis, especialmente a energia solar no Saara;
- h. Aumento dos níveis do mar, adaptação das pequenas ilhas e dos deltas;
- i. Apoio e cooperação para os inventários sobre poluição, incluindo os Gases com Efeito de Estufa (GEE);
- j. Gestão dos recursos naturais;
- k. Redução do Risco de Calamidades.

56. O JEG reconheceu e debateu algumas propostas de projectos africanos relacionados com o reforço das capacidades sobre Mecanismos de Desenvolvimento Limpos (CDM); previsão dos impactos das alterações climáticas nos recursos hídricos nos países da Bacia do Nilo; e gestão das águas residuais com destaque na cooperação Sul-Sul (África-África). O grupo acordou em debater em próximas ocasiões os detalhes desses projectos e a questão da sua implementação. Destaca igualmente que serão dadas oportunidades de debater outras propostas de projecto nas suas próximas reuniões.

57. Resultados Tangíveis Imediatos: A 10ª reunião da Troika Ministerial África-UE em Setembro de 2008, acordou em adoptar a Declaração Conjunta UE-África sobre alterações climáticas o mais cedo e praticável antes da Conferência da UNFCCC de Poznan em Dezembro de 2008. O JEG levou a cabo uma primeira avaliação do projecto de declaração sobre as alterações climáticas de África-UE. Em conformidade com os princípios da declaração, o JEG apoiou a ideia de reforço das consultas em Poznan, em particular sobre os seguintes pontos: Fundo de Adaptação, Redução das Emissões da Desflorestação e Degradação Florestal (REDD +), objectivo de médio prazo para a redução das emissões e arquitectura financeira.

58. Actividades para 2009 e além: O JEG acordou que o seu plano de trabalho para o próximo ano irá centrar-se sobre:

- a. CLIMDEV: esta iniciativa Africana (recentemente finalizada) foi delineada para integrar as informações sobre o clima na planificação e práticas de desenvolvimento, com destaque nas observações do clima, serviços de climas, gestão de riscos do clima e políticas nacionais relacionadas com o clima. Necessidades de informações;

- b. Grande Muralha Verde do Saara: acompanhamento da finalização do pré-estudo de viabilidade (a ser iniciado antes do final de 2008) sobre as questões institucionais e financeiras;
- c. Planificação sobre as alterações climáticas: África está a trabalhar em metodologias para a integração das alterações climáticas nos processos de planificação à todos os níveis. O JEG acordou em integrar consultas para a preparação desses planos;
- d. Reforço das Capacidades para os negociadores da UNFCCC (Roteiro Africano para as negociações da UNFCCC...);
- e. Melhoria do acesso africano ao crédito do carbono e ao mercado do carbono;
- f. Implementação da Aliança Global das Alterações Climáticas em África como um quadro de apoio para o alcance dos objectivos da parceria;
- g. Reforço da cooperação sobre a definição e implementação das políticas da UE e UA de redução do risco de calamidades.

59. A Parceria sobre migração, mobilidade e emprego (PMME) tem como objectivo fornecer respostas globais às questões relacionadas com a migração, mobilidade e emprego, tanto nos continentes como entre si, de modo a melhor organizar os movimentos migratórios e integrar a criação de mais emprego de melhor qualidade em África. Como forma de lembrança, a parceria cobre três áreas prioritárias:

- a. Implementação da Declaração da Conferência de Trípoli sobre Migração e Desenvolvimento;
- b. Implementação do Plano de Acção UE-África sobre o Tráfico de Seres Humanos;
- c. Implementação e monitorização da Declaração de Ouagadougou de 2004 e do Plano de Acção sobre Emprego e Redução da Pobreza em África.

60. Ao nível Europeu, quatro reuniões de peritos foram organizadas sob os auspícios da Espanha, o país “facilitador”, durante as presidências Eslovena e Francesa da Comissão. A primeira reunião foi realizada no dia 25 de Abril de 2008, e reflectiu as prioridades que os Estados Membros participantes concederam (Bélgica, República Checa, França, Alemanha, Itália, Malta, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia, Reino Unido, bem como a Comissão) (DG DEV e JLS). (de notar que desde então, a Noruega informou à Comissão sobre a sua intenção de se tornar parte do Grupo Europeu). As reuniões de peritos foram organizadas, no máximo possível, à margem das reuniões do “Grupo de Alto Nível de Asilo e Migração”. Contudo, a parceria número 7 não foi abordada somente na dimensão da migração: em Junho de 2008, uma reunião foi especificamente devotada às questões relacionadas com o emprego.

61. Essas reuniões tornaram possível catalogar as várias iniciativas já realizadas na Europa em aprofundamento das acções prioritárias delineadas no Plano de Acção.

Dependendo de debates mais profundos com a parte Africana, as acções debatidas e identificadas pelo Grupo Europeu relacionam-se principalmente com:

- a. obter melhor informações sobre o fenómeno da migração através da utilização conjunta melhorada dos perfis migratórios dos países africanos bem como melhor conhecimentos, partilha de informações e utilização coordenada entre todos os actuais actores dos observatórios existentes e as suas relações com as organizações regionais;
- b. combate à imigração ilegal e tráfico de seres humanos, particularmente através do estabelecimento de autoridades de controlo fronteiriço e outras;
- c. transferência de valores. Existem inúmeras iniciativas continentais, regionais, nacionais e locais nesse sentido. Devem ser melhor coordenadas ao passo que as capacidades dos parceiros Africanos devem ser reforçadas;
- d. chegar a uma solução para a mobilidade com a melhoria da gestão da migração e do mercado de trabalho (incluindo a cooperação entre as agências nacionais de emprego de modo a facilitar o ajustamento da oferta à procura e a evitar a “fuga de cérebros”, permitindo que os países de origem formulem políticas apropriadas para manter o pessoal qualificado);
- e. manter relações com a Diáspora Africana na Europa de modo a impulsionar o seu papel vital no desenvolvimento dos países de origem;
- f. elaborar estratégias de desenvolvimento que possam levar à geração de mais emprego e programas decentes de trabalho;
- g. promoção de planos de cooperação regional entre os países de origem, trânsito e destino nas rotas de migração que está igualmente incluído no PMME. Deste modo, o processo Euro-Africano realizado pela Conferência de Paria de 24-25 de Novembro de 2008, apresenta-se como um bom exemplo para a rota da África Ocidental. Outras iniciativas estão igualmente em curso para outras rotas de migração.

62. De qualquer modo, o grupo manifestou o desejo de incluir as acções e prioridades identificadas na Metodologia Global e o balanço necessário entre as três dimensões. De igual modo, as acções e prioridades devem igualmente estar em conformidade com as directrizes e requisitos para coerência definidas nas conclusões do Conselho sobre a implementação da Metodologia Global apresentada para análise pela HLG de Novembro. Entretanto, deve ser notado que as acções identificadas estão reflectidas no Comunicado “Lisboa um ano depois: a Parceria UE-África em acção” (Com (2008) 617) adoptada no dia 17 de Outubro pela Comissão.

63. Ao nível Africano, a CUA realizou algumas actividades:

- a. O Instituto Africano para Remessas (AIR): estão em curso consultas e debates entre a CUA, CEA e BAD. Um Comité Directivo ao nível da UA e um comité técnico composto pelos Departamentos da CUA, actores intervenientes e parceiros, incluindo a UE, o Banco Mundial, a OIT e a OIM, será brevemente criado.

- b. Visitas de consulta às CERs – IGAD, CEDEAO, CENSAD e UMA – foram realizadas e serão realizadas outras em breve.
- c. Difusão e advocacia ao nível continental de apoio à implementação dos Instrumentos da UA sobre Migração e Desenvolvimento, nomeadamente a Declaração Conjunta de Tripoli, o Quadro Estratégico sobre Migração, a Posição Comum Africana sobre Migração e Desenvolvimento e o Plano de Acção África-UE sobre o Tráfico de Seres Humanos.

64. A primeira reunião conjunta co-presidida pelo Egipto e Espanha em conjunto com os membros da Troika da UE foi agendada para 26 de Novembro em Bruxelas. Irá debater, entre outras questões, o procedimento que levou aos preparativos da Cimeira de Novembro de 2010 (organização de grupo, agenda, calendário), a possibilidade de definir um Instituto Africano de Remessas e a viabilidade de um Fundo de Migração. A arquitectura de implementação e monitorização a ser apresentada à parte Africana poderá ser composta pelos países líderes. Esta última poderá, por sua vez, impulsionar os debates e propor resultados para cada prioridade, mantendo a coerência geral do grupo informal. As prioridades propostas à parte Africana irão, em princípio, ser aquelas adoptadas pelo Grupo Europeu (cf. Parágrafo 3). A relação entre a migração e o emprego é igualmente vital mas a maneira de abordagem dos aspectos específicos das questões do emprego requerem ser debatidas com os parceiros africanos. O grupo Europeu acordou em apresentar a opinião da parte africana sobre a oportunidade de organizar uma reunião ministerial especial de seguimento à Conferência de Tripoli, para além dos mecanismos específicos de monitorização da parceria estratégica África-UE.

65. A Parceria sobre a Ciência, Sociedade de Informações e Espacial deve contribuir para a redução da diferença na era digital e científica, reforçar as capacidades africanas na área das ciências, TICs, Tecnologia Espacial e a sua aplicação e para a facilitação da sua utilização como importantes ferramentas para o combate à pobreza e para a promoção do crescimento e desenvolvimento sócio-económico. As acções prioritárias desta parceria são identificadas no Plano de Acção anexo à Parceria Estratégica África-UE acordada em Lisboa em Dezembro de 2007. Este documento serve de referência fundamental para os parceiros. O JEG8 reafirmou a ligação integral entre as ciências, sociedade de informações e espaço como os instrumentos para o desenvolvimento sustentável.

66. O primeiro JEG8 reuniu-se em Adis Abeba nos dias 13 e 14 de Novembro de 2008, co-presidida pela Tunísia e França. Formulou as recomendações para a próxima reunião da Troika delineada para garantir o funcionamento optimizado desta promissora parceria. As recomendações são:

- a. Implementação dos Projectos Lighthouse: o JEG8 manifestou-se a sua satisfação pela apresentação do livro dos Projectos Lighthouse e o considera como uma ferramenta fundamental para o diálogo entre os parceiros da UE e Africanos. O JEG8 tomou nota dos seis resultados tangíveis propostos pela Reunião Colegial – Concessões para Investigações Africanas e Prémios Científicos, Água e Segurança Alimentar em África, Conexão Africana, o Sistema Africano de Intercâmbio na Internet (AXIS), a Monitorização Global Africana para o Meio Ambiente e Segurança (KOPERNICUS-AFRICA), o Reforço das Capacidades na CUA sobre as Ciências Geo-Espaciais – como uma meta a alcançar na implementação da 8ª Parceria e, portanto, recomendou à Troika que reconheça esses projectos de resultados tangíveis. As

observações dos países africanos e dos Estados Membros da UE tanto nos seis resultados tangíveis como nos restantes projectos lighthouse serão analisados pelas duas Comissões no seu reforço dessas propostas. O JEG8 irá igualmente desenvolver critérios, especificamente relacionados com a 8ª Parceria, que seriam utilizados na sua análise de novas propostas apresentadas por parceiros, com relação à viabilidade das referidas propostas para implementação como parte da Parceria.

- b. Instrumentos Financeiros para a 8ª Parceria: o JEG8 recomenda à Troika que os instrumentos financeiros existentes sejam explorados de maneira otimizada de modo a demonstrar o potencial desta parceria. Contudo, o JEG8 propõe que a Troika análise à longo-prazo a definição de um instrumento financeiro específico comum para a 8ª Parceria sobre Ciências, Sociedade de Informações e Espacial da Estratégia Conjunta.
- c. Diálogo sobre a Ciência e Tecnologia entre África-UE: O JEG8 saudou a Iniciativa de Diálogo sobre Ciência e Tecnologia entre África-UE e está plenamente convencido que este diálogo político de alto nível pode ser adoptado como uma iniciativa em curso que pode servir como uma plataforma para a deliberação sobre os esforços conjuntos entre África-UE uma vez haver a necessidade do dialogo bem como de engajar de forma ampla as Comissões e os Estados Membros da UE e os países africanos. Contudo, devido à necessidade de maior participação dos actores intervenientes, foi recomendado o seu adiamento de modo que se realize nos próximos seis meses quando for possível organizar uma reunião bem-sucedida.
- d. Comunicação e Composição do JEG8:
 - i. Lembrando que a composição do JEG8 é aberta, foi recomendado que os canais diplomáticos e plataformas existentes (Troika, AMCOST, CITs, CRP/UA, etc) podem ser utilizados de modo a sensibilizar outros importantes actores intervenientes, especialmente os Estados Membros, as CERs e a NEPAD a juntarem-se voluntariamente ao JEG8 e destacar mais sobre a experiencia necessária pela 8ª Parceria sobre Ciência, Sociedade de Informações e Espaço.
 - ii. Há a necessidade de disseminar informações sobre a 8ª Parceria Prioritária o mais amplamente possível, tanto interna como externamente, utilizando a página da internet da parceria e reuniões frequentes.

III. CONCLUSÕES E VIA A SEGUIR

67. Na Cimeira de Lisboa em Dezembro de 2007, os líderes da UE e os Africanos destacaram a importância de progressos iniciais e resultados tangíveis concretos na implementação da Estratégia Conjunta e do seu Plano de Acção. 2008 foi um ano significativo nas relações África-UE: a cooperação de longa data foi ainda mais reforçada e foram iniciadas novas iniciativas de políticas. A base para o sucesso a longo-prazo da Estratégia – uma metodologia de política inovadora e preparativos efectivos de funcionamento – foi implementada. Ambas as partes já iniciaram a implementar a ambiciosa agenda operacional das parcerias temáticas. Os progressos iniciais devem ser

acelerados, ampliados e consolidados. Hoje, ambas as partes devem intensificar os esforços de modo que esta parceria atinja todos os resultados esperados.

68. Um importante passo seguinte é a conclusão do estabelecimento de todos os Grupos de Peritos Conjuntos (JEGs) que coordenem e implementem as 8 parcerias. Isto requer preparativos de funcionamento em ambas as partes, incluindo uma clara definição das respectivas contribuições, funções e responsabilidades dos países participantes nos JEGs, tanto da CE como da CUA, outros órgãos pan-africanos, as CERs e outros importantes actores intervenientes. Os Parlamentos, as sociedades civis, o sector privado, as organizações multilaterais e parceiros internacionais envolvidos devem engajar-se no processo de implementação. Por último, mas não menos importante, ambas as partes devem promover maior coerência política e complementariedade entre as parcerias temáticas bem como aumentar os seus esforços de comunicações e partilha de informações, de modo que os actores intervenientes, cidadãos interessados, jornalistas e investigadores possam monitorizar o progresso e os resultados desta parceria.

69. Com base *inter alia* nas contribuições das Equipas de Implementação da UE, os JEGs devem urgentemente estabelecer roteiros gerais e precisos para a implementação dos Pontos de Acção acordados na Cimeira de Lisboa para cada uma das 8 parcerias temáticas. Esses roteiros de implementação devem identificar particularmente como e quando as iniciativas acordadas serão realizadas, quem serão os actores principais, que contribuições financeiras e outros recursos serão utilizados, que resultados concretos – incluindo as prioridades e os resultados tangíveis iniciais – se esperam e que referências serão utilizadas para avaliar os progressos no sentido da realização dos objectivos. Esses roteiros, bem como os resultados tangíveis iniciais, irão prestar orientação para o trabalho conjunto durante o próximo mês, e constituirá uma importante contribuição para a próxima Troika Ministerial que se realizará em Abril de 2009, na Europa.

70. Tendo em conta igualmente os debates entre a Comissão Europeia e a CUA na sua reunião Colegial no dia 1 de Outubro de 2008, os Ministros identificaram recomendações adicionais para a via a seguir:

- a. O sucesso da parceria depende de esforços colectivos sustentáveis. Portanto, os membros Africanos e Europeus dos JEGs devem manter o seu compromisso político ao processo com contribuições concretas, incluindo recursos humanos e financeiros bem como experiências técnicas – em Bruxelas, Adis Abeba e aos níveis regional e nacional.
- b. Ambas as partes devem promover de forma mais ampla o sentido de propriedade africana e europeia da Estratégia Conjunta bem como o envolvimento proactivo na sua implementação e devem definir e consolidar prontamente os mecanismos efectivos de funcionamento interno.
- c. Antes da Primavera de 2009, deverão ser realizados os primeiros debates consultivos com importantes actores não-institucionais, incluindo a sociedade civil, o sector académico e privado, de modo a permiti-los desempenhar uma função activa na implementação e monitorização da Estratégia Conjunta.
- d. Ambas as partes devem empreender esforços de modo a “tratar África como uma” e adaptar gradualmente as importantes políticas e mecanismos de funcionamento, bem como os quadros jurídicos e financeiros às necessidades e objectivos da parceria. Isto deverá impulsionar os projectos em todo o continente bem como a cooperação entre a África do Norte e Subsahariana,

tendo em conta a diversidade no desenvolvimento económico de África e a necessidade de reforçar a cooperação inter-institucional.

- e. A Estratégia Conjunta e o seu Plano de Acção foram adoptados pelos Chefes de Estado e de Governo e devem ser propriedade colectiva como um todo de compromissos do governo. Deve ser melhorada a coordenação de modo que a Estratégia Conjunta reflecta uma prioridade transversal para todos os ministérios e departamentos, em termos políticos bem como financeiros.
- f. Os actores europeus e africanos devem integrar os princípios, objectivos e prioridades da Estratégia Conjunta na programação da cooperação financeira e técnica bem como no seu diálogo político e reuniões com terceiras partes.
- g. Os actores europeus e africanos devem igualmente cumprir com os seus compromissos de modo a reforçar os contactos, a coordenação e a cooperação nas Nações Unidas e em outros organismos internacionais e nas negociações multilaterais bem como definir estruturas consultivas e de coordenação eficientes.
- h. A UE deve reafirmar os seus compromissos políticos e financeiros para África, apesar da difícil situação económica actual. Metade do Auxílio Público para o Desenvolvimento prometido pela UE para 2010 e 2015, deverá ser destinado para África.
- i. Igualmente, a parte Africana deve prestar a necessária liderança, e responsabilidade pela efectiva realização dos seus compromissos e contribuições prometidas para a implementação da Estratégia e do Plano de Acção.
- j. Organizar um diálogo estruturado com o Parlamento Europeu e com o Parlamento Pan-Africano, incluindo auscultações regulares sobre os progressos da Parceria Estratégica.

71. Finalmente, como elementos comuns gerais que devem ser integrados em todas as 8 parcerias, mais destaque deve ser dado à dimensão do género e às comunicações. Uma parceria bem sucedida e centrada nas pessoas requer transparência tanto na realização como nos desafios do processo. O processo e os progressos devem ser apresentados em documentos com linguagem simples e acessível, através da televisão e rádio bem como online. Nesse sentido, a nova página da internet dedicada à Estratégia Conjunta e o seu Plano de Acção (<http://www.africa-eu-partnership.org/>) pode desempenhar um papel particularmente importante. Deverá ser actualizada regularmente e concebida para velar pelas necessidades de informações de todos os actores intervenientes.

72. Com base no trabalho do Grupo de Peritos Conjunto, a Troika Ministerial nos finais de 2009, irá realizar uma avaliação geral de médio-prazo dos progressos realizados desde Lisboa e irá tomar as necessárias decisões para a abordagem das eventuais insuficiências. Essa avaliação de médio-prazo deverá focalizar nos progressos a serem realizados nos princípios e principais objectivos da Estratégia Conjunta em comparação com o primeiro Plano de Acção. Deve permitir – caso necessário – para a tomada de medidas apropriadas para garantir a melhor realização possível não só do Plano de Acção mas igualmente dos objectivos e princípios da Estratégia Conjunta.

TABELA DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE ACÇÃO UE-ÁFRICA 2008-2010 (*situação em 20/11/08*)

PARCERIA	PARTICIPANTES DA UE	COORDENADOR DA UE	REUNIÃO DA IT DA UE	PARTICIPANTES AFRICANOS	COORDENADOR AFRICANO	REUNIÕES DO JEG
1. PAZ SEGURANÇA	E AUS, BE, BG, CZ, DE, FR, HU, IRL, IT, NL, PT, SU, RU, FI, CE, GSC	GSC: Pierre-Michel Joana; pierre-michel.joana@consilium.europa.eu; +32-2-281 6344 Comissão (daniela.dicorrado-andreoni@ec.europa.eu); (tel: +3222994167) UK (duncan.mccombie@fco.gov.uk); France (richard.zabot@diplomatie.gouv.fr); Italy (garcadu@sssup.it)	27.05.08 27.06.08 10.09.08	ALG, ANG, ETH, MOR, UGD, BUR, GAB, EGY, CAM, CUA	Argélia: Ambassador Nouredine Aoum Mobile : 0911202647 AUC: Mr.El Ghassim Wane elgghwane@yahoo.com Mobile: 0911508348	18.11.08, Adis Abeba
2. GOVERNAÇÃO DEMOCRÁTICA E DIREITOS HUMANOS	BE, CZ, DE, IRL, FI, FR, PT, RU, LU, NL, SE, BE, ES, IT, CE, GSC	Alemanha Portugal, Comissão DE: Gregor Schotten; vn06-4@diplo.de; +49-30-50004128; Michael Feiner, 320-0@diplo.de; +49-30 50002232; Anke Oppermann; anke.oppermann@bmz.bund.de; +49228995353125; PT: Carolina Quina; cfq@reper-portugal.be; +32-2-2864304; Maria João Coutinho; maria.coutinho@foreignministry.pt ; +351-21394368; EC: Alfonso Pacual; dev-governance@ec.europa.eu; +32-2-2994717	23.05.08 11.07.08 20.10.08	ZAM, EGY, ETH, GHA, NIG, SEN, BF, KEN, MOR, UGD, BUR, ALG, RSA, ZIM, CUA	Egipto: Mr. Maged Mosleh Ministry of Foreign Affairs tel. + 202 25747239 maged.mosleh@mfa.gov.eg	18.11.08, Adis Abeba
3. COMÉRCIO, INTEGRAÇÃO REGIONAL INFRA-	E BE, FR, IT, CZ, SWE, CE	Comissao Guillaume Durand; Guillaume.DURAND@ec.europa.eu; +3222998971; Isabelle Garzon	24.07.08 6.11.08	RSA, KEN, NIG, SEN, BF, MOR, UGD, GAB, CAM, ZIM, MAU, CUA, EAC	África do Sul. South African Embassy in Addis, Alfred Tau, tel: + 251	14.11.08, Adis Abeba

PARCERIA	PARTICIPANTES DA UE	COORDENADOR DA UE	REUNIÃO DA IT DA UE	PARTICIPANTES AFRICANOS	COORDENADOR AFRICANO	REUNIÕES DO JEG
ESTRUTURAS		Isabelle.Garzon@ec.europa.eu Tel: +32 2 295 63 01			(0)11 3711330, or mobile +251 (0)911 504 474 AUC Nadir Merah 0911720502	
4. OBJECTIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	RU, ES, DE, FR, IT, MT, RO, LU, GSC, PT, EC	<u>RU</u> Joanna McDonald; joanna-mcdonald@dfid.gov.uk; 020 7023 0431	28.04.08 10.11.08	TUN, GAB, MOZ, ETH, KEN, EGY, SEN, TAN, ZIM, ANG, CUA	Tunisia First contact: Ambassador Hatem Atallah, tel: +251 (0)11 6612063, email: hat6891@yahoo.fr	19.11.08, Adis Abeba
5. ENERGIA	AUS, DE, FR, RU, CZ, NL, GSC, CE	<u>Austria+Alemanha</u> AUS: Simone Knapp; simone.knapp@bmeia.gv.at; +32-2-2356435 AL: Franz Marré; Franz.Marre@bmz.bund.de; +49-228-99-535 3783	20.05.08 12.06.08 16.07.08 24.11.08	UGD, BF, BUR, GAB, GHA, EGY, ALG, BEN, RSA, CAM, SEN, CUA, CEMAC, CEDEAO, COMESA, CEEC, UEMOA	Philippe Nyongabo AUC/head of energy division Office phone: +251 11 551 93 10 (direct), +251 11 551 7700 ext. 369 Fax: +251 11 551 02 90 Mobile: +251 911 12 67 63 E-mail AUC: nyongabop@africa-union.org E-mail personal: phniyongabo@yahoo.fr	15./16.10.08, Adis Abeba
6. ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	FR, BE, FI, DE, SWE, CZ, GSC, CE, IT, DK, RU	<u>França</u> Jean-Claude GAZEAU, Jean-Claude.Gazeau@developpement-	17.07.08 18.09.08 21.10.08	MOR, BUR, GAB, EGY, RSA, CAM, AUC	Marrocos: Driss ISBAYENE Phone: +251-11-	13./14.11.08, Adis Abeba

PARCERIA	PARTICIPANTES DA UE	COORDENADOR DA UE	REUNIÃO DA IT DA UE	PARTICIPANTES AFRICANOS	COORDENADOR AFRICANO	REUNIÕES DO JEG
		durable.gouv.fr; Franck Paris Franck.PARIS@diplomatie.gouv.fr; +32-2 229 8325,			550 84 40 Mobile: +251-913 286 555 isbayene@gmail.com	
7. MIGRAÇÃO, MOBILIDADE E EMPREGO	DE, RU, MT, IT, PT, ES, FR, HU, DK, CZ, BE, NL, EC, GSC, CY, SU	<u>Espanha + Troika</u> ES: Felix Fernandez; felix.fernandez-shaw@reper.mae.es; +322.509.8830 FR: Javier Conde javier.conde@diplomatie.gouv.fr GSC: Paolo Martino Cossu; +32-2-281-8113 EC: Rob Rozenburg (+32 2 296 1831); Robertus.Rozenburg@ec.europa.eu; Marie-Laure de Bergh, +32-2-2992492; Marie-Laure.DE-BERGH@ec.europa.eu	25.04.08 20.05.08 10.06.08 9.10.08	SEN, BF, EGY, ALG, GN, RSA, MOR, ZIM CUA	Egipto: Mr. Amin HASSAN +201-060 976 34 egydipto@gawab.com AUC Mr Khalid Mohamed Tayeb Mobile: 0911223897	26.11.08, Bruxelas (a ser conf)
8. CIÊNCIA, SOCIEDADE DE INFORMAÇÕES E ESPAÇO	FR, PT, FI, DE, CE, AUS, BE, SU, GSC	<u>França + Portugal</u> (para o Espaço GMES) FR: Jean-François Girard president@ird.fr Franck Paris, Franck.PARIS@diplomatie.gouv.fr +32-2 229 8325 PT: Carolina Quina; cfq@reper-portugal.be; +32-2-2864304	23.06.08 17.09.08 23.10.08	TUN, SEN, RSA, CUA	Tunísia: Mr. Mohamed BOUGAMRA Mobile: +251-911 683 226 Mail: mbgaddis@yahoo.fr AUC Dr. Ahmed Hamdy Mobile: +251-911 022 134	13./14.11.08 Adis

AFRICAN UNION UNION AFRICAINE

African Union Common Repository

<http://archives.au.int>

Organs

Council of Ministers & Executive Council Collection

2008

Relatório da Comissão Sobre O Diálogo África-UE

União Africana

União Africana

<http://archives.au.int/handle/123456789/3871>

Downloaded from African Union Common Repository